

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DA APA CAIRUÇU – 16/10/2013

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro de 2013 (dois mil e treze) estiveram reunidos na sede da APA Cairuçu representantes de instituições públicas e da sociedade civil do município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro. A reunião foi convocada pelo Presidente do Conselho e Chefe da APA, Eduardo Godoy Aires de Souza, para discutir sobre a seguinte pauta: Informes gerais; informes das Câmaras Temáticas de revisão do Plano de Manejo; e conversa com representante da SPU.

Eduardo Godoy abriu a reunião às 14:20h, dando boas vindas aos presentes e falou sobre uma alteração na pauta do dia: por motivos de força maior, o Procurador da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que viria falar sobre a legislação de bens da União, não pôde comparecer à reunião. Porém, foi confirmada a participação da Procuradora da República do Ministério Público Federal (MPF) de Angra dos Reis, Dra. Monique Cheker, para tratar sobre o assunto das ilhas da APA Cairuçu.

A seguir, Eduardo Godoy leu a ata da última reunião do Conselho, de agosto de 2013, dizendo que a mesma havia sido enviada por e-mail, mas não houve nenhum posicionamento por parte dos conselheiros. Uma vez que ele, presidente do conselho, havia feito algumas alterações, leu novamente *a ata, que foi aprovada pela plenária.*

Em seguida, o presidente passou para os **Informes Gerais:**

- **Frequência dos conselheiros e exclusão de instituições por faltas:** falou que algumas instituições estão com muitas faltas, como a AMOQ e a AEAP, e que existe uma dificuldade de incluir e manter a participação de vários representantes da sociedade civil. Por outro lado, a Associação de Moradores de São Gonçalo, bairro localizado fora da APA Cairuçu, manifestou interesse em participar do CONAPA (através de ofício). Neste momento, o ouvinte Robson (presidente da ABAT, associação de barqueiros da Trindade) manifestou também interesse, e o ouvinte Américo Emétrio questionou se a Associação de Empreendedores de Paraty (que estava inativa, mas quer se reestruturar) também poderia entrar no CONAPA. O Conselheiro Gibrail Junior também informou que a Prefeitura gostaria de ter mais assentos no Conselho, para contemplar mais secretarias. Vagno, da Associação de Moradores de São Gonçalo, defendeu a importância da participação daquela comunidade devido à influência da gestão da APA Cairuçu na região (as ilhas próximas). Eduardo colocou a discussão em pauta para a plenária, e após breve discussão, *decidiu-se que sim, que enquanto o Conselho não terminar seu mandato (até agosto de 2014), e enquanto tiverem vagas abertas pela exclusão de instituições faltantes, que os interessados enviem ofício ao CONAPA, com justificativa e indicação de seus representantes, para assumirem as vagas abertas. Porém, este assunto será retomado na pauta da próxima reunião ordinária, em 04 de dezembro, com a apresentação da planilha de frequência, para a melhor visualização e compreensão pelos conselheiros.*

Neste momento, com a chegada da Procuradora do MPF, Dra. Monique Cheker, Eduardo passou a palavra a ela, que se apresentou, e falou sobre a questão do conflito de interesses sobre a ocupação das ilhas da APA Cairuçu. Disse que a visão do MPF é isenta, mas que é inadmissível a mera regularização das ocupações ilegais, por pressões políticas. Que qualquer alteração no Decreto de criação da APA Cairuçu ou do Plano de Manejo devem, obrigatoriamente, se basear na legislação vigente e em razões ambientais. E que se houver qualquer desvirtuamento deste processo (de revisão do

Plano de Manejo e alteração do Decreto) por questões políticas, o MPF se manifestará. Alguns presentes manifestaram o desejo de falar neste momento, mas Eduardo Godoy solicitou que aguardassem até o momento do debate, conforme a pauta prevista.

Passou então para o **segundo informe: estão abertas as inscrições para o programa de voluntariado da APA Caiuru**, até o dia 21/10/13. Os trabalhos serão desenvolvidos no evento de comemoração da APA Caiuru, no início de dezembro de 2013, e na operação verão, até fevereiro de 2014. O presidente também lembrou que o Parque Nacional da Bocaina também está com inscrições abertas para seu programa de voluntariado, até 23 de outubro, para trabalho na operação de visitação em Trindade, no feriado de 15 de novembro.

O terceiro e último informe geral foi sobre o ofício da Polícia Federal de Angra dos Reis (DPF), em resposta ao questionamento feito pelo CONAPA sobre resultados das investigações sobre o atentado sofrido por servidora da APA Caiuru. Eduardo Godoy leu o ofício, que informava que foi instaurado inquérito em abril de 2013, e que as investigações estão em curso, ainda sem desfecho.

Eduardo Godoy passou então para o seguinte tema da pauta: **Informes das Câmaras Temáticas (CTs) de revisão do Plano de Manejo**, passando a palavra para Almir dos Remédios.

- **Informe da CT de Zonas de Vilas Caiçaras:** O conselheiro Almir dos Remédios, coordenador desta CT, fez uma apresentação dos trabalhos efetuados até o momento – quatro oficinas de consulta às comunidades caiçaras: Ilha do Araújo (14 de setembro), Ilha do Algodão e Ponta Grossa (30 de setembro) e Ilha do Cedro (11 de outubro). Explicou que na Ilha do Araújo, foi decepcionante o pequeno número de participantes da comunidade, mas que o trabalho foi bom, com a construção de uma linha do tempo (fatos históricos) da comunidade desde a criação da APA até hoje; e de um mapa falado, onde os participantes localizaram os moradores nativos e veranistas da Ilha. Disse que depois da reunião surgiram pessoas interessadas, e que espera que na próxima oficina venha mais gente. Na Ilha do Algodão houve boa participação, e foi feita uma conversa inicial, tentando passar para a comunidade que desta vez, o ICMBio não está querendo apenas colocar ordem no quintal deles, mas sim que eles mesmos se organizem para colocar ordem na comunidade, e que para isso eles teriam que estar unidos. Na Ponta Grossa também foi boa a participação, e o grupo da Câmara tomou ciência de um grave conflito que ali ocorre com o fechamento do acesso à nascente, única fonte de água da comunidade, por um proprietário veranista. Almir disse que embora os representantes dos moradores da comunidade da Ponta Grossa não estejam presentes hoje nesta reunião do CONAPA, fica registrada a existência deste conflito, e que a CT espera colaborar para sua resolução, dando ciência aos órgãos competentes (Prefeitura e INEA). Por fim, o coordenador falou sobre a oficina na Ilha do Cedro, que a CT esperava ser a mais complexa devido a conflitos fundiários e ações de demolição ali existentes. Porém, o que observou-se foi que a comunidade, embora tenha muitas desavenças, se uniu e aparentemente, deseja implementar ali uma zona de vila caiçara, e que estão inclusive criando uma associação. Falou também que há caiçaras ali pelo menos há 100 anos, mas que em vários momentos caiçaras foram expulsos da Ilha por pessoas que se diziam donos da mesma. Bruno Gueiros completou dizendo que possivelmente quando foi elaborado o Plano de Manejo da APA Caiuru, foi um momento destes, em que não havia ninguém ali vivendo. Este fato foi confirmado por Vagno (São Gonçalo), que disse que é preciso reparar injustiças sociais históricas, sofridas por muitas comunidades tradicionais.

Monique Cheker (MPF) aproveitou para falar que as Unidades de Conservação não são incompatíveis com populações tradicionais, pelo contrário, mas que é preciso atentar para o tipo de uso que se faz, pois em muitos casos, as comunidades tradicionais alteraram seu modo de vida, e querem fazer usos que são incompatíveis ou ilegais, e que descaracterizam o modo de vida caiçara.

Bruno Gueiros (APA Caiçu) finalizou o informe, dizendo que a Câmara tem muito cuidado em deixar muito claro às comunidades que o atendimento à legislação é essencial, que o pano de fundo deste trabalho é a preservação do meio ambiente e das culturas tradicionais.

- Informe da CT de Parâmetros Construtivos: Na ausência dos demais representantes desta CT (IPHAN e SEDUMA), Eduardo Godoy fez o informe, dizendo que o trabalho é bastante técnico, e que já transformaram as normas construtivas do Plano de Manejo da APA em uma planilha semelhante à do Plano Diretor de Paraty; e já levantaram as normas que se sobrepõem (Plano de Manejo, Plano Diretor e Portaria do IPHAN). Estes resultados serão apresentados na próxima reunião do CONAPA. A CT percebeu que na área da APA Caiçu só existe o zoneamento do Plano de Manejo da APA e da Portaria do IPHAN, sendo ambos compatíveis. O Plano Diretor vigente (de 1981) não possui zoneamento para tal área, e que isso deve ser feito urgentemente, junto à revisão do mesmo. Ressaltou que a presidência do ICMBio já informou que a revisão do Plano de Manejo da APA só poderá andar atrelada à revisão do Plano Diretor, e que isso vem sendo feito pela Câmara em consonância com o Conselho da Cidade. Por fim, Eduardo informou que o próximo passo da CT é propôr normas mais enxutas para o Plano de Manejo, fazendo referência ao Plano Diretor.

- Informe da CT de Zonas de Uso Conflitante: o coordenador desta CT, Gibrail Junior, apresentou brevemente a estrutura da Câmara, dividida em 3 sub-grupos (ZUC de Trindade-Praia dos Ranchos; ZUCs já encaminhadas – lixão da Boavista e areal do Mateus Nunes; e ZUC das Ilhas). Disse que como este último assunto será tema da última pauta do dia, que será tratado depois, e passou a palavra para Isaías da Apresentação, representante do sub-grupo de Trindade. Isaías fez um histórico da ocupação de Trindade, da luta dos caiçaras contra sua expulsão pela empresa TDT (Trindade Desenvolvimento Territorial), sobre a abertura da estrada e a chegada do turismo de massa e dos problemas decorrentes disso. Falou que a Praia dos Ranchos foi uma das áreas mantida pela comunidade no “acordo” feito com a TDT, e que à medida que o turismo aumentou, a comunidade foi se adequando, para sobreviver hoje quase somente dele. E que muitos se afastaram de sua cultura tradicional caiçara, em busca de melhores condições de vida (educação, saúde, etc). Apresentou então a proposta elaborada pelo sub-grupo para a Praia dos Ranchos: uma Zona Residencial e Turística, diferente da ZERT existente no Plano de Manejo atual, pois não poderia haver expansão. Justificou a proposta dizendo que a Praia dos Ranchos é o único local hoje aberto para receber os turistas a beira-mar, após o fechamento dos bares da Praia do Meio. Neste momento, a conselheira Bernadete Passos questionou se tal proposta teria que ser referendada pelos conselheiros nesta reunião. Gibrail Junior informou que primeiro isso será feito dentro da Câmara Temática, e ao final do processo, em plenária pelo Conselho. Robson (ABAT) questionou se tal proposta tinha sido feita com a participação dos caiçaras e pescadores de Trindade, pois ele não tomou conhecimento, e gostaria de se manifestar, pois tem proposta de uso da Praia dos Ranchos também pelos pescadores. Isaías disse que não, que a proposta apenas tinha sido apresentada em reunião da Associação de Moradores (AMOT). Neste momento, *Eduardo Godoy sugeriu o seguinte encaminhamento: que a CT ZUC faça um convite formal a ABAT para participar do subgrupo de Trindade, para que a última possa se manifestar nesta proposta.*

Após os informes, Eduardo passou ao último tema da pauta: **o ofício enviado pelo CONAPA ao MPF solicitando paralização do processo de regularização fundiária das ilhas da APA Cairuçu**. E abriu para debate do assunto com a procuradora do MPF.

A conselheira Bernadete Passos falou que os conselheiros estão há 3 anos debatendo os conflitos da região, e que o atraso na revisão do Plano de Manejo aflige a todos. Disse que embora a revisão tenha sido iniciada, em 2013, enquanto isso, houve ações dos órgãos (ICMBio, MPF, SPU) relativas às ilhas, sem a ciência e aprovação dos conselheiros, e estes se sentiram “traídos”. Que estes temem que a revisão do Plano de Manejo não vá dar em nada. Disse ainda que a revisão do Plano deve levar em conta a dinâmica da sociedade local; e que se passaram muitos anos sem ações (dos órgãos ambientais) e de repente, há ações “violentas”, que prejudicam muita gente. Por fim, pediu diálogo e a revisão democrática do Plano de Manejo.

O conselheiro Gibrail Junior iniciou a fala dizendo que a questão da ocupação das ilhas é o tema mais polêmico do CONAPA, e que a questão das comunidades tradicionais e seu auto-reconhecimento também é complexa. Falou que como cidadão paratiense, sentiu seus direitos usurpados com a criação da APA Cairuçu, em 1983, sem consultas à sociedade, mas lembrou que era o período da Ditadura Militar, e que hoje, a sociedade requer seu direito, neste novo contexto em que vivemos. Opina que se os conflitos forem debatidos e pacificados localmente, a sociedade vai abraçar as Unidades de Conservação. Questionou as ações pontuais dos órgãos sobre as ilhas, dizendo que é preciso haver uma política clara para a gestão deste conflito. E que a população deve ser ouvida neste processo. Finalizou dizendo que a Prefeitura e a Câmara de Vereadores estão em consonância sobre a posição em relação ao uso/ocupação das ilhas; e que hoje, com a tendência de crescimento da participação social nos processos decisórios, o momento é oportuno para este processo de revisão do Plano de Manejo da APA Cairuçu.

O ouvinte Américo Emétrio, ocupante da Ilha Rasa, diz que está feliz que o MPF esteja presente e ouvindo as partes envolvidas neste conflito das ilhas, mas que se sente prejudicado porque ele e outros estão sendo marginalizados. Esclareceu que não quer apenas regularizar suas ocupações, mas sim que seja revisto o zoneamento das ilhas, para então, fazer as adequações necessárias.

O ouvinte Flávio, representante do ocupante da Ilha Duas Irmãs, fez uma explanação sobre as motivações do ofício encaminhado pelo CONAPA ao MPF, solicitando a paralização do processo de regularização fundiária das ilhas da APA Cairuçu. Mencionou a questão da categoria APA de Unidade de Conservação, que é questionada juridicamente por alguns; a questão do apelo turístico das ilhas de Paraty; a lenta implementação das Unidades de Conservação; os conflitos locais; a necessidade de readequação das Zonas de Uso Conflitante; a necessidade da alteração do Decreto de criação da APA Cairuçu; os conflitos anteriores entre a APA Cairuçu e o CONAPA; o parecer elaborado pela APA Cairuçu (sobre as ilhas) unilateralmente; os procedimentos adotados junto ao MPF e a SPU; o questionamento da viabilidade da gestão patrimonial das ilhas pelo MMA; e por fim, a existência de uma Câmara Temática do CONAPA debatendo e produzindo uma proposta para as ilhas, cujo resultado pode não dar em nada, caso prossigam as ações do MPF e SPU.

O Ouvinte Luciano Vidal agradeceu e reconheceu a importância da participação da procuradora na reunião. Falou que há muito desrespeito com as normas do município, do ICMBio, do IPHAN. Mas solicitou que se parem as ações do MPF, esclarecendo que a

demanda foi levantada pelo ICMBio. Falou sobre o início do conflito (relativo às ilhas), que começou com a autuação do Américo (Ilha Rasa). Falou também que inicialmente, Eduardo Godoy tinha sido contrário à assinatura do ofício ao MPF, mas que depois acabou encaminhando, como presidente do CONAPA. Falou que são apenas 11 bares nas 63 ilhas de Paraty, não considerando tanta ganância. Por fim, solicitou a ajuda da procuradora para este processo de revisão do Plano de Manejo da APA Cairuçu.

A procuradora Monique Cheker explicou o funcionamento do MPF, através de duas Câmaras Técnicas, uma de meio ambiente e uma de populações tradicionais. Falou que o MPF é quem defende as populações tradicionais, mas também o meio ambiente. Esclareceu que o MPF não é o ICMBio, e que neste caso específico (das ilhas), foi o ICMBio que acionou o MPF, o qual começou a trabalhar com total isenção - e que agora este processo não está mais sobre a gestão (paralisação ou arquivamento) do ICMBio. Ademais frisou que, no ofício remetido ao MPF, solicitando a suspensão do procedimento, não há qualquer manifestação do ICMBio em âmbito Regional ou Nacional e, inclusive, há posição contrária do gestor da Unidade local. Disse que o MPF tem que confiar nas informações do ICMBio, e que este órgão por vezes não tem o mesmo entendimento, a nível nacional e local. Em resposta a fala do ouvinte Flávio (representante da ilha Duas Irmãs), que fez referência ao trabalho do Conselho “com a faca no pescoço”, disse que todos nós sofremos pressões, e temos que nos esforçar para buscar nossos direitos. Quanto aos cancelamentos dos registros na SPU, estes podem ser feitos por diversos motivos e independentes de mudança em Plano de Manejo. Por lei, o dano ambiental cancela o registro na SPU, mesmo até que esteja em uma área, em tese, regular. Da mesma forma, a falta de pagamento dos valores devidos à União. Assim, o MPF irá continuar a recomendar à SPU o cancelamento dos registros, independentemente da fase de discussões sobre o Plano de Manejo, cujo resultado da deliberação não é, neste momento, sequer assegurado em nível de Presidência do ICMBio. O MPF acrescentou, ademais, que não há qualquer garantia nem prazo para a alteração do Decreto da APA Cairuçu. Assim, é incabível a paralisação das ações do MPF por tempo indeterminado. É possível adequar alguns procedimentos no âmbito do MPF, mas não parar. Contudo, o MPF acompanhará e considerará em suas avaliações os procedimentos de alteração do Decreto e a revisão do Plano de Manejo, mas pediu para acelerar ao máximo estes processos.

Neste momento, Luciano Vidal sugeriu que o MPF notifique o ICMBio pedindo prazos para finalizar a revisão do Plano de Manejo e a alteração do Decreto.

Monique Cheker explicou que a alteração do Plano de Manejo é decisão do ICMBio; que, ao MPF, caberá acompanhar o procedimento e verificar se está regular aos olhos das leis atuais; que a única coisa que o MPF fez até o momento é orientar a SPU a cancelar o RIP (Registro Imobiliário Patrimonial) de algumas ilhas. Que este procedimento também é adotado quando existe débito junto a SPU, por exemplo, não sendo só adotado em caso de dano ambiental.

O ouvinte Vagno sugeriu que haja uma conversa entre MPF e ICMBio para estipular prazos para estes processos. Mencionou que o presidente do ICMBio se reuniu com as populações tradicionais em Paraty, mas que depois nada mudou. Disse que participou do diagnóstico de 16 comunidades de pesca no âmbito do Programa de Educação Ambiental da PETROBRAS, e que a tradição da pesca está se acabando em Paraty. Que Rodrigo (INEA) e Eduardo (APA) são bem intencionados, mas é preciso construir soluções sustentáveis com o ICMBio. Preocupa-se que caso sejam mudadas as leis em Brasília, que os caiçaras não sejam representados.

Monique Cheker perguntou por que não buscar soluções alternativas, ao invés de alterar o Decreto da APA. Por que não formar Termos de Ajustamento de Conduta (TAC)? Frisou, porém, que os TACs que devem ser adequados à Legislação atual, ou seja, que o TAC não pode servir para regularizar uma irregularidade. Eduardo esclareceu que já existem três TAC em processo de assinatura e um quarto em elaboração com o ocupante da ilha Rasa.

O conselheiro Rodrigo Barros (INEA) propôs que o MPF provoque o ICMBio cobrando prazos (para a revisão do Plano de Manejo e a alteração do Decreto). Porém, Monique respondeu que, mais uma vez, o gestor da unidade é o ICMBio, não o MPF. Disse que se houver uma solução, essa solução sairá do CONAPA, mas a conclusão do procedimento passará, por uma avaliação da Presidência do ICMBio e que não é garantido que o Presidente do ICMBio, por ser um órgão distinto do Conselho, adote a mesma solução. Terminou dizendo estar disponível a participar de futuras reuniões, e retirou-se às 18hs.

Eduardo Godoy sugeriu o seguinte encaminhamento: Vai convidar a procuradora Monique para a próxima reunião da CT ZUC; e mencionou que o Grupo de Trabalho do ICMBio instituído para a alteração do Decreto da APA tem prazo até final de outubro para finalizar seu parecer.

Luciano Vidal propôs que o CONAPA elabore uma moção pedindo prazos para alteração do Decreto e do Plano de Manejo da APA, ao coordenador regional, presidente do ICMBio e ao MMA. Eduardo Godoy sugeriu que tal moção se refira apenas a alteração do Decreto, o que foi aceito pela plenária. A minuta da moção será feita por Bernadete Passos, e encaminhada por e-mail aos conselheiros, para aprovação.

Vidal disse que caso não haja uma resposta do ICMBio em 30 dias, a Câmara de Vereadores vai convocar uma audiência pública para tratar do assunto.

Eduardo Godoy encerrou a reunião às 18:25h.

Ata redigida por Tatiana Ribeiro em 18/10/2013. Aprovada no dia 04/12/2013

ORIGINAL ASSINADO

Eduardo Godoy Aires de Souza
Presidente do CONAPA